

Congelamento, desindexação e arroz com feijão

Sebastião Marcos Vital

O fim do semestre obriga os agentes econômicos a uma revisão dos acontecimentos, na busca de informações que lhes permitam agir sobre a conjuntura e modificar os rumos de seus negócios. A primeira metade de 1988 se caracterizou pela competente gestão dos ministros da Fazenda e do Planejamento que obtiveram, dentro das limitações políticas, vitórias notáveis na redução do déficit e no ordenamento das finanças públicas.

O país, depois de longas negociações, fechou, com os bancos credores, um excelente acordo. Com o FMI as tratativas se desenvolvem normalmente prevendo-se para fim deste mês de julho um acordo stand-by. O superávit comercial atingiu recorde histórico.

Na área doméstica, contudo, os resultados foram menos auspiciosos. O déficit do Tesouro Nacional atingiu Cr\$ 1,4 trilhão. A produção industrial, segundo o IBGE, declinou em relação a igual período do ano anterior, a taxa de desemprego chegou a cerca de 10%, e a expansão monetária indica evolução anual superior a 400%. Por fim, a inflação, apesar das medidas adotadas para combatê-la, persistiu e fechou o semestre com o acumulado de 167,74%, ou seja, taxa média mensal de 17,84%. Esta trajetória, se mantida, levaria a inflação anual aos estratosféricos 620%. Uma inflação deste nível, por mais generalizado que seja o sistema de indexação, paralisa os agentes econômicos, reduz a atividade e encurta os horizontes de previsão. A incerteza vai tornando até mesmo os mais afoitos em "avessos ao risco".

Que rumo tomará o governo diante da ameaça presente da hiperinflação? A renitência da taxa inflacionária em declinar

leva os agentes econômicos a desenhar cenários alternativos e estimar probabilidades de que um ou outro ocorra: 1) hiperinflação; 2) manutenção da política do "feijão com arroz"; e 3) fim do regime formal de indexação.

É mais fácil combater uma hiperinflação que uma inflação. Os motivos são vários, técnicos e práticos, mas há um que supera os demais: numa hiperinflação todos perdem. O que mantém os regimes inflacionários são os ganhos que certos grupos usufruem em relação a outros. Enquanto houver vantagens distributivas para determinados segmentos da sociedade, a inflação tende a persistir. Ao se chegar a hiperinflação, os preços passam a subir em ritmo tão alucinante que tornam a indexação inócuia e as perdas insuportáveis e generalizadas. Se todos perdem a coalização torna-se possível.

Os custos de uma hiperinflação, contudo, envolveriam a completa desarticulação do sistema de preços, dos mercados, insolvência generalizada, paralisação do governo, alto nível de desemprego e uma crise social sem precedentes. A resultante política desse processo de convulsão econômica e social é imprevisível. Por tudo isso, a sociedade espera que o governo faça todos os esforços e use todo o arsenal de medidas para evitar o descontrole dos preços. A trajetória da hiperinflação é, assim, possível, mas pouco provável.

O Governo afirma que persistirá na sua política do "feijão com arroz", buscando fazer um ajuste fiscal capaz de reduzir as despesas do setor público e aumentar as receitas. Esta fórmula acadiana de se reduzir déficits é acadiana, mas não é neutra.

A economia brasileira é altamente indexada. Os contratos se regem, genericamente, por três cláusulas: 1) correção monetária; 2) correção salarial; e 3) correção cambial. A indexação generalizada tende a repetir no período atual, tudo mais

mantido constante, inflação similar à do período anterior. A resultante disso é que os preços tornam-se inflexíveis para baixo, mas extremamente voláteis para cima. Uma excelente safra agrícola ajuda pouco no combate à inflação, mas uma chuva de granizo pode catapultar os preços, e os indexadores, gerando um mecanismo automático de causação circular. O processo de ajuste econômico, através da redução do déficit do setor público, num regime de indexação generalizado, gera, pois, efeitos indesejados.

O primeiro passo para o ajuste fiscal deveria vir da contenção de despesas. Mas infelizmente, não há, após mais de três anos de governo, qualquer esperança de que sejam tomadas medidas de redução dos gastos de custeio, em particular de pessoal. Ao contrário, membros da Assembléia Nacional Constituinte têm denunciado novas contratações no período, à razão de 33 novos funcionários por hora. De qualquer modo, se fossem tomadas medidas contencionistas poder-se-ia esperar queda no nível da produção e do emprego. O outro caminho, o do aumento dos impostos, reduz a renda disponível e, consequentemente, a procura por bens e serviços. Os efeitos da política de austeridade num sistema altamente indexado são, pois, claramente assimétricos: qualquer redução na oferta de bens ou serviços é capaz de jogar a inflação para cima, mas a queda de demanda não a empurra, de imediato, para baixo.

Primeiro caem a produção e o emprego, para apenas, muito mais tarde, se reduzir o ritmo da alta de preços. A queda de preços só se dá após a taxa de desemprego aberto atingir níveis insuportáveis. A defasagem temporal entre a aplicação das medidas de ajuste fiscal e o resultado favorável delas gera o pior dos mundos: 1) queda da produção e emprego; 2) redução da renda real; e 3) inflação ainda elevada. Estes sinais, num governo populista, geram "efeito arrependimento", com a

consequente supressão das medidas, tornando crônico o processo.

A terceira opção possui duas vertentes: 1) congelamento; 2) desindexação generalizada. A visão retrospectiva dos últimos três anos mostra que a falta de persistência do governo, e a ausência de medidas coerentes, acarreta uma inflação trepidante, acompanhada de um congelamento de preços e salários. Logo a seguir recomeça o processo, pela manutenção do excesso de demanda global frente à oferta global, até novo congelamento. Oscila-se, pois, entre o aperto e o afrouxo.

Como na política não há beco sem saída, a busca de alternativas poderia levar a uma solução mista: a) redução do déficit público; e b) congelamento geral de preços e salários.

Se grande problema do congelamento é a existência de elevado desequilíbrio financeiro do governo, e se o grande óbice da ortodoxia é o tempo entre a tomada de decisão e seus efeitos, fica-se tentado a mesclar o que há de melhor nas duas estratégias. Neste caso, o governo insistiria no ajuste fiscal, combinado com um congelamento geral de preços e salários. Far-se-ia, pois, a intervenção cirúrgica, mas com anestesia geral.

Por fim, uma variante do congelamento seria a total desindexação, com o fim dos contratos em OTN e dos reajustes salariais pela URP. Persistiria a correção da taxa de câmbio, não necessariamente dia a dia. Esta seria uma tentativa heróica, de resultados imprevisíveis. Exige, então, um debate acadêmico e empresarial sobre seus efeitos. E por ter efeitos desconhecidos, vale lembrar o velho ditado inglês "nós preferimos o diabo conhecido, ao diabo desconhecido".

Estão aí as alternativas. Façam suas apostas.

Sebastião Marcos Vital é economista e consultor de empresas